

BIBLIOTECÁRIO:UM MEDIADOR CULTURAL PARA A APROPRIAÇÃO CULTURAL

BIBLIOTECARIO:UN MEDIADOR CULTURAL PARA LA APROPIACIÓN CULTURAL

Celly de Brito Lima*
Edmir Perrotti**

RESUMO:

Introdução: O presente relato faz referência a tese de doutoramento, defendida junto ao PPGCI -ECA, USP.

Objetivo: O texto discute noções de mediação e mediador cultural, bem como a de apropriação cultural, no sentido de iniciar um diálogo sobre o desafio da formação de Bibliotecários como mediadores culturais competentes para a negociação com os protagonistas da cultura - que não apenas reproduzem ou consomem, mas criam e recriam a cultura e seus significados.

Metodologia: O estudo parte de pesquisa bibliográfica que interrogou a formação do bibliotecário como mediador cultural, no país.

Resultados: Considera que a formação do mediador cultural bibliotecário como profissional que domina as lógicas culturais, comunicativas, e dos dispositivos culturais.

Conclusões: Aponta para a demanda da apropriação cultural.

Palavras-chave: Mediação cultural. Mediador cultural. Apropriação cultural. Formação do bibliotecário.

1 INTRODUÇÃO

Na direção de problematizar as perspectivas do profissional Bibliotecário e sua formação, sob o entendimento do Bibliotecário como mediador cultural, consideramos a relação dos temas da mediação e apropriação cultural numa discussão que culminou em tese de doutorado.

*Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco

** Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Informação e Cultura da Universidade de São Paulo

Segundo nossa compreensão, a mediação cultural, entendida como categoria central da profissão de bibliotecário, dos processos de apropriação cultural, estaria sendo tratada de forma insuficiente e confusa, tomando-se por base normas, diretrizes, orientações, concepções e caminhos percorridos pela formação de bibliotecários no Brasil.

As ferramentas técnicas especializadas da profissão, por exemplo, sejam as referentes à organização ou a gestão dos documentos e das instituições bibliotecárias, ou as referentes às relações entre os acervos culturais e os públicos - “mediações explícitas” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009) - inscrevem-se em paradigmas culturais, em lógicas que precisam ser reconhecidas, tendo em vista necessidades de superação, tanto de condições históricas próprias das relações entre informação e sociedade no país, como de condições nascidas de problemáticas complexas da chamada “Era Digital”.

Nesse sentido, interrogamos a formação, no país, do bibliotecário entendido como mediador cultural e oferecemos referências capazes de apontar perspectivas de superação de desafios para essa formação de mediador cultural comprometido com a apropriação e o protagonismo cultural.

Na tese, realizamos pesquisa bibliográfica e também documental. Na pesquisa documental analisamos representações do profissional bibliotecário em normas, diretrizes e documentos orientadores para a formação na área de Biblioteconomia no Brasil. E, também, analisamos apresentações de propostas de cursos de mediação cultural: dois cursos de mestrado e um de graduação na França e dois cursos de especialização e um de graduação no Brasil. Com isso, pretendemos ampliar a discussão sobre a compreensão do que seja a mediação cultural, bem como os caminhos possíveis para a formação de bibliotecário como mediador cultural.

A mediação cultural – termo mais amplo que em nosso entendimento engloba a mediação da informação, por ser a informação um objeto cultural - requer do mediador competências e atitudes de um protagonista cultural, para atuar como tal junto a outros protagonistas, com conhecimentos interdisciplinares e consciência de sua função social.

O propósito deste artigo é discutir noções de mediação e mediador cultural, bem como a de apropriação cultural, no sentido de iniciarmos um

diálogo sobre o desafio da formação de Bibliotecários como mediadores culturais competentes para a negociação com os protagonistas da cultura - que não apenas reproduzem ou consomem, mas criam e recriam a cultura e seus significados.

2 MEDIAÇÃO E MEDIADOR CULTURAL EM QUESTÃO

A mediação cultural vem sendo tema recorrente de reflexões nos campos das Ciências da Informação e da Comunicação, em diversas partes do mundo e, podemos considerar, que nos últimos anos também no Brasil. Esse interesse, em nossa visão, está ligado ao reconhecimento da centralidade da cultura nos processos e nas relações sociais que envolvem a informação e a comunicação. E na admissão de que para a análise desses processos e relações, o conceito de *mediação cultural* é operatório.

Também, de acordo com Dufrêne e Gellereau (2004a), sabendo que da mediação cultural,

[...] muitos profissionais do mundo da cultura ou do sociocultural dela se valem (bibliotecários, serviços educativos ou pedagógicos de museus, serviços dos públicos nos lugares de espetáculos ao vivo, animadores socioculturais etc.) sem que isso recubra uma homogeneidade de práticas, de concepções.

Conforme Dufrêne e Gellereau (2004b), reconhecemos a mediação cultural como ato complexo. Seus saberes e fazeres invocam a teorização e não apenas a formatação de serviços.

Preocupadas com o recurso à noção de *mediação*, principalmente nas Ciências da Informação e da Comunicação, Dufrêne e Gellereau (2004b) afirmam que a noção é fundada nas metáforas da “passagem” e da “relação social” e que ela circula no âmbito da cultura e dos profissionais que lidam com o público, existindo, ainda, um exaltado desenvolvimento de reflexões e de críticas a respeito.

As autoras falam da complexidade de entender a mediação no mundo da cultura, na medida em que observam dois níveis de mediação - o da manifestação da mediação em atividades dos profissionais para e com um

público, e o das políticas de desenvolvimento dessas ações culturais. No entanto, afirmam que essas mediações estão inscritas numa lógica de eventualização das ações culturais, tornando necessário recorrermos à noção de *programação*. Defendem que para entendermos ou explicarmos as práticas de mediação é preciso que nos coloquemos numa perspectiva sociológica, admitindo pensar a mediação cultural como sistema de mediações: “Pensar a mediação cultural como sistema de mediações é abolir as hierarquias implícitas entre as diversas formas de mediação e se interrogar sobre os princípios de inteligibilidade da ação cultural.” (DUFRENE; GELLEREAU, 2004a). Além disso, sustentam que é preciso considerar a dimensão histórica e contextual dos interesses sociais que envolvem as políticas e manifestações de mediação. Afirmam, também, que:

Através da gama de mediações culturais, são as concepções da relação social e de finalidades da ação cultural que estão em jogo: aculturação a novas formas de expressão, criação de uma identidade para os projetos portadores de objetivos simbólicos, regulação social, concepção consumista etc. (DUFRENE; GELLEREAU, 2004a).

As autoras alertam para o engano de pensar, por exemplo, o acesso à cultura somente pelo que é oferecido pelas instituições culturais. Estas podem não considerar as práticas, os saberes dos indivíduos, dos grupos e das coletividades. Dufrene e Gellereau (2004a) observam:

Dizer que as tentativas de mediação vão permitir o acesso à cultura, é certo reconhecer faltas reais (a raridade de estruturas culturais em certas zonas) mas é do mesmo modo focalizar unicamente sobre as instituições culturais sem reconhecer numerosas práticas privadas e coletivas como culturais (jogos, vídeos, escuta musical, grupos musicais, fans-clubes...)

As autoras falam do caso francês em que a mediação cultural esteve atrelada à ideia de democratização da cultura, e assim se baseavam as políticas públicas para o setor, podendo ser observadas nos eventos promovidos por suas instituições culturais, pelo menos até os anos de 1970.

Como afirmam as autoras, a mediação cultural não está dissociada da ideologia e da política. E, nesse sentido, é preciso observar que, em vez da representatividade, a mediação cultural pode estar a serviço da regulação

social.

A utilização da noção de mediação cultural pelo poder político privilegia por vezes o discurso emprestado ao público em detrimento do dos líderes culturais. O debate é tanto mais veemente que a especificidade do produto cultural de ser utilizado como um produto de imagem. (DUFRÊNE; GELLEREAU, 2004a).

As autoras nos apontam desafios importantes para pensarmos a formação do mediador cultural diante das concepções de cultura, das políticas, das pressões de regulação e de hegemonia cultural.

Sobre a noção de mediação cultural, Perrotti e Pieruccini (2014) nos dizem que:

[...] talvez não esteja em causa simplesmente a pertinência teórica da noção. É possível que esteja em processo, a partir e com ela, uma ruptura de quadros epistemológicos que validaram concepções limitantes de informação e comunicação, reduzindo a mediação cultural à categoria meramente funcional ou instrumental [...] Ganha relevância, desse modo, o esforço de compreensão dos sentidos encerrados na noção de mediação cultural como ato de significação (Bruner, 1997), já que isso poderá representar um salto epistemológico fundamental, contribuindo tanto para a redefinição da noção, como para compreensões mais gerais acerca dos campos da Informação, da Comunicação e da Cultura. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 5).

Perrotti e Pieruccini (2014, p. 10-11), além de rebaterem o “senso comum” de que a mediação se resume ao interposto de um objeto ou saber cultural de um produtor para um receptor (transferência), afirmam que:

[...] a mediação cultural não se constitui meramente como jogo de saberes especiais ou especializados em vista de um fim determinado que lhe é exterior [...] a mediação não é somente um ato “funcional” ou de âmbito restrito; é também discurso, ato de produção de sentidos que se realiza no campo amplo e dinâmico da cultura.

A noção equivocadamente incompleta de mediação cultural que a materializa como um conjunto de procedimentos ou de estratégias, além de realização técnica ou formalização da disponibilização de dados, segundo Perrotti e Pieruccini (2014, p. 13), nos impede de observarmos que “é ação deontológica sobre a cultura e o mundo, modo especial de produção legitimada

por imperativo ético-ontológico que ultrapassa e se distingue do imperativo da funcionalidade que sustenta o tecnicismo.”.

Contemporaneamente, acrescenta-se à complexidade do ato e do “trabalho” de mediação cultural a sofisticação e até mesmo a intensificação das “guerras de representação” micro e macro regionais, aliadas às tecnologias digitais, e, portanto, a demanda por preparo sociopolítico do mediador cultural a ser construído em sua formação. Perrotti e Pieruccini (2014, p.17) ponderam:

O “sistema de mediações” de nossa época, marcado por descontinuidades, impessoalidades, conflitos de interesses de toda ordem, sobreposição de referências culturais díspares, presença crescente de organizações especializadas, de tecnologias de informação e comunicação que permitem o estabelecimento de relações mediadas por máquinas com alcance global, que comunicam à distância em “tempo real”, não apresenta o mesmo estatuto dos sistemas de mediações tradicionais em que o conceito de comunidade tinha ainda algum sentido [...].

Já a dimensão pedagógica e educativa da mediação cultural se exemplifica na ideia de *infoeducador*, elaborada por Perrotti e Pieruccini (2008), como a de um profissional que possa dialogar com todos os responsáveis e interessados nas ações de mediação, além de, ele mesmo, ter domínio dos saberes informacionais, suas dimensões e lógicas. Seria, dessa forma, o “[...] mediador de processos de aprendizagem informacional, indispensáveis à apropriação simbólica e ao protagonismo cultural em nossa época” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 89). Mas qual é a formação ou quais são as formações que constituem o mediador cultural e o infoeducador? Que dimensões epistemológicas e pragmáticas estão sendo consideradas na constituição dessa formação?

Assim, também somos instigados a pensar a natureza afirmativa e criativa da mediação cultural, concordando com os autores que não se trata de simples passagem ou de transferência, mas de ato de criação de condições de relações. No caso do mediador cultural bibliotecário, Modesto (2007) alerta: “[...] necessitam ser criativos, promovendo estímulo à germinação de novas idéias para o desempenho de suas atividades”.

Perrotti e Pieruccini acrescentam um dado diferenciado sobre a noção de *mediação cultural*: não se trata de vincular um público a uma cultura, mas

viabilizar as condições para que o indivíduo decida se quer se vincular, pois o protagonista decide. A decisão sobre o vínculo é dos atores. Para esses pesquisadores, a mediação cultural é o ato de criar condições culturais e cognitivas para os embates entre atores e signos, compreensão que adotamos neste trabalho.

Daí a proposta da *Infoeducação*, para o caso do Brasil, em que a exposição e o acesso convivem com a invisibilidade e a exclusão. É preciso, de acordo com os autores, reatar ou resgatar os vínculos entre a mediação e a educação, as vivências culturais e as aprendizagens, afim de que os domínios da mediação cultural permitam que os atores desenvolvam saberes e fazeres culturais específicos e necessários à apropriação cultural, para o protagonismo cultural que, para Perrotti e Pieruccini (2008), é a participação e afirmação na vida cultural, de forma individual ou coletiva, produzindo e criando significados e sentidos, não apenas usando ou consumindo cultura. Como reflete Canclini (2008, p. 136), o protagonista participa da construção de seu “próprio capital intelectual”.

Num texto publicado originalmente em língua francesa, em 2003, o pesquisador Jean Davallon, da Universidade de Avignon e da Região de Vaucluse, pergunta se a existência de uma terceira parte, autorizada e “neutra”, que age no sentido de colocar em comunicação duas partes em desentendimento, como na mediação jurídica, pode nos ajudar a definir a mediação cultural.

No entanto, o autor argumenta que, funcionalmente, a definição de mediação cultural envolve a aproximação do público a saberes e objetos simbólicos – objetos culturais -, por meio da construção de interfaces que implicam mediadores e situações concretas de mediação. Mas também, entre outras definições, mediação pode ser entendida como a prática profissional do mediador. E assim, sua terminologia necessita de permanente contextualização.

Davallon (2007) localiza e passa a categorizar o entendimento do termo mediação em cinco áreas: mediação mediática, mediação pedagógica, mediação cultural, mediação institucional e mediação técnico-social.

A mediação mediática depende da figura do comunicador como mediador, cuja ação é a de reenviar, ou mesmo traduzir, o texto do objeto cultural - ou seu discurso - para o público. A mediação pedagógica está vinculada à figura do formador, do educador, na medida em que a ação é a de planejar ou regular interações visando a aprendizagem do objeto cultural. Quanto à mediação pedagógica o autor pergunta se a posição de mediador “[...] deverá ser assegurada somente por formadores, ou poderá ser também por dispositivos técnicos fornecidos pelos formadores?” (DAVALLON, 2007, p. 7).

A mediação cultural contém aspectos e faz uma síntese da mediação mediática e da mediação pedagógica, privilegiando a dimensão teórica – dos saberes –, remetendo à mediação da informação e aos aspectos sociais ou semióticos da comunicação.

No entanto, o autor afirma que há ainda vários outros empregos do termo *mediação* que, do seu ponto de vista, poderiam ser categorizados numa “mediação institucional”, abarcando perspectivas políticas e sociológicas que irão requisitar a problematização das questões de hegemonia e diversidade cultural.

Por fim, o autor fala de uma mediação que seria técnico-social. Técnica pela razão do uso de tecnologias estruturarem as práticas; social porque o sentido atribuído às práticas são negociados na comunicação.

Em todo o caso, o autor deduz, em sua própria categorização, que nas diversas noções de *mediação*, a presença do mediador varia em forma. Mas a sua ação, em qualquer das noções, apresenta quatro características: a ação é moldada para o sujeito e produz efeito nele; a ação permite que o sujeito modifique ou ressignifique o objeto cultural e a si próprio; o mediador é essencialmente humano, mas a mediação pode se constituir na ação humana objetivada num dispositivo; a ação do mediador é impactante no seu ambiente social.

Para Davallon (2007), a noção de *mediação* é requerida quando se quer descrever uma ação transformadora de uma situação ou de um dispositivo de comunicação e não simplesmente para denominar a interação entre dois polos. E, portanto, defende a hipótese de que se recorre à mediação quando há falha

ou inadequação da comunicação, tanto no compartilhamento de informação quanto nas relações de interação.

Inferimos, portanto, que, nesse caso, a mediação seria a ação que pode transformar os significados e o estado de incomunicabilidade entre os bens culturais e um indivíduo, grupo ou coletividade. Então, o mediador cultural pode ser entendido como o articulador entre os bens culturais – saberes e objetos simbólicos – e um indivíduo, um grupo ou uma coletividade, por meio de dispositivos ou recursos instrumentais para acesso e apropriação desses bens.

Para Davallon (2007), a questão essencial é saber a natureza da mediação, perguntando se o que conseguimos observar é diferença de forma ou natureza, uma vez que é nesse ponto que as abordagens do tema *mediação* parecem divergentes.

Davallon apresenta quatro autores que propuseram definição de mediação, chamando a atenção para o fato de que esses autores estão inseridos no campo das Ciências da Informação e da Comunicação: Bernard Lamizet, Jean Caune, Louis Quere e Antoine Hennion.

O autor afirma que Bernard Lamizet e Jean Caune mostram claramente em suas obras o objetivo de desenvolver uma teoria da mediação. Mas, enquanto Lamizet nos indica que a natureza da mediação está na reflexividade e na representação, Caune nos indica que está no símbolo e na própria cultura, entendida como a manifestação da referência de mundo de indivíduos.

Já Louis Quere, para Davallon (2007), demonstra uma visão intermediária entre as de Bernard Lamizet e a de Jean Caune, sugerindo estar a natureza da mediação nas trocas simbólicas da interação social.

Vemos, assim, desenhar-se uma diferença nítida entre os três autores precedentes, quanto à maneira como pensam o terceiro – e, portanto, a mediação –: o primeiro parte da linguagem e do sujeito; o segundo do processo de instituição da cultura; o terceiro de uma antropologia do espaço público. Em contrapartida, podem-se destacar três constantes. (i) O emprego das mesmas componentes para definir a mediação: a intersubjectividade, a linguagem, o político. (ii) O princípio segundo o qual a comunicação social é um produto da mediação e não o inverso. (iii) É, acrescentaria eu: a mediação constrói-se em torno de um ponto de fuga – chamado exterioridade, neutro, negativo, conforme os casos – que intervém no processo de comunicação sem que aqueles que nele participam possam ter controle sobre ele. É, no fundo, o que designa, sob diversas modalidades, a figura do terceiro

que Louis Quéré descreve enquanto terceiro simbolizante. (DAVALLON, 2007, p. 14).

No entanto, o autor nos apresenta a noção que a obra de Antoine Hennion nos dá de mediação, ressaltando que o mesmo buscou não teorizar a mediação, mas analisá-la sociologicamente. E nos convida, então, a observar que há um ponto de fuga em torno do qual a mediação pode ser considerada a construção social de relações que transforma e produz tanto o objeto cultural quanto o público. “Um exame do fato de que, a partir das mediações, qualquer coisa se passa, produz-se um acontecimento, uma passagem, que não deixa nada como dantes” (DAVALLON, 2007, p. 15).

O autor segue citando a obra de Franco Crespi, afirmando que ela é de grande auxílio para pensar a noção de mediação, quando nos coloca que a mediação assinala o funcionamento antropológico e que, nessa dinâmica humana, há uma ordem simbólica constituída, ao mesmo tempo, de consenso e de diferença.

Davallon afirma também que a dificuldade em conceituar *mediação* nos indica a necessidade de um esforço teórico, que já vem sendo feito, essencial para pensarmos conceitos científicos dentro das Ciências da Informação e da Comunicação.

O autor defende que precisamos recorrer às definições de *mediação* para analisar os dispositivos comunicacionais (que no seu ponto de vista são técnicos, sociais e significantes) como um exercício científico, e não refletir sobre a mediação como um exercício filosófico.

Davallon acredita que a noção de mediação, nas Ciências da Informação e da Comunicação, pode servir para designar as formas e modalidades do funcionamento simbólico. E propõe o modelo da mediação como alternativa às definições de comunicação como transmissão de informação, ou seja, como interação de sujeitos sociais - “o que o modelo da mediação faz aparecer é menos os elementos (a informação, os sujeitos sociais, a relação, etc.) do que a articulação desses elementos num dispositivo singular (o texto, o média, a cultura)”. (DAVALLON, 2007, p. 23).

No trabalho de Leonardo Costa (2011) há um subcapítulo intitulado: *Médiation culturelle - muitas nomenclaturas, pouca distinção?* em que o autor

pergunta “do que trata a mediação cultural?”, passando a uma revisão da literatura francesa sobre o tema.

Costa (2011) afirma que há um grupo de definições nos estudos franceses que colocam a mediação como a produção de sentido nas experiências com as obras de arte, compartilhadas por meio da linguagem e onde as políticas culturais funcionam como a expressão da representação social e o mediador como um intermediário para que as obras sejam experimentadas pelo público.

Mas, um problema de definição que ocorre com frequência nos estudos franceses diz respeito justamente a essa posição intermediária. Podemos entender esse mediador como aquele profissional que no sistema cultural trabalha com diversas linguagens, sabendo dialogar com as fontes de financiamento, os artistas e os públicos. De fato, essa figura faria uma mediação entre os diversos atores que de algum modo precisam entrar em comunhão num determinado momento. (COSTA, 2011, p. 42).

Sendo assim, parece que a observação de Costa (2011) se coaduna com a de Dufrêne e Gellereau (2004b) no sentido de que é necessário pensar também a mediação cultural como um sistema de mediações. Da mesma forma, sua consideração diz respeito à ideia do infoeducador desenvolvida por Perrotti e Pierrucini (2008).

Por outro lado, uma distinção fundamental, estabelecida por Almeida Júnior (2009), é que, ao nos referirmos ao conceito de mediação, devemos considerar as diferenças entre as “mediações implícitas” e as “mediações explícitas”. Com isso, o autor chama a atenção para o fato de que os dispositivos culturais, como as bibliotecas, realizam processos de mediação, tanto pelo modo como organizam e tratam seus espaços físicos - acervos, fluxos de funcionamento, sistemas de gestão -, como pelas ações - interlocuções diretas, interpessoais, com os diferentes públicos que a frequentam. Tal fato é relevante, uma vez que nem sempre mediações “implícitas” e “explícitas” estão em harmonia ou são consideradas como tal. Como tanto umas como outras atuam sobre os processos de apropriação e indicam modos e formas de compreender a própria mediação, é de fundamental importância considerar tal distinção:

A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.92-93).

Portanto, pensar desde a organização da informação, a condição do público, entendendo-o como categoria formada por indivíduos que precisam protagonizar a vida cultural, subentende a atuação de um mediador cultural e um sistema de mediações que intervém, codificando ou decodificando, atuando na negociação de sentidos, de preferências culturais, de gosto, de vínculos com a informação e o conhecimento. Essas mediações não impõem, oprimem, subestimam ou presumem. E assim, concordamos com Dufrêne e Gellereau (2004b) quando expõem que falta uma visão política das mediações.

3 APROPRIAÇÃO CULTURAL

Segundo Serfaty-Garzon (2003, p. 27) a noção de apropriação nos remete à ideia de adaptação de algo para um determinado uso ou mesmo à ação de tornar algo próprio. Nessa adaptação ocorreria a ação de um sujeito no sentido de modificar o objeto para alcançar harmonia. E, nesse sentido, apropriar-se é tornar algo próprio e expressivo. “A apropriação é assim ao mesmo tempo uma apreensão do objeto e uma dinâmica de ação sobre o mundo material e social em uma intenção de construção do sujeito.” (DUFRÊNE; GELLEREAU, 2004a).

A autora afirma que o uso sociológico do conceito de *apropriação* tem origem em Marx, pela alusão à tese de que é pela retomada de posse dos produtos gerados pelo trabalho que os indivíduos interiorizam saberes e o saber-fazer, o que “constitui o coração da apropriação”.

Além disso, Serfaty-Garzon nota que, nessa perspectiva marxista, a apropriação se realiza interiormente, ao mesmo tempo em que é uma experiência mediada pela sociedade, por meio de modelos transmitidos. No entanto, observa que é possível pensar a apropriação não exclusivamente pela retomada de posse e pelo trabalho, mas por uma dinâmica de elaboração de sentido.

Para Perrotti e Pieruccini (2008, p. 74), a apropriação é ação afirmativa com e sobre significados negociados que “[...] diferencia e constitui os negociadores como sujeitos da cultura, protagonistas, cidadãos”. Além disso, para eles, a apropriação dos bens simbólicos se dá em processos dinâmicos de construção cultural e as mediações socioculturais são constituintes desse processo. Mas, principalmente, “[...] apropriar-se de informação e cultura é ato próprio de protagonistas, categoria que no âmbito da educação e cultura se distinguem das de usuários e de consumidores culturais [...]” (PERROTTI e PIERUCCINI, 2008, p. 77). Por tal razão, os autores distinguem *apropriação* de *assimilação* cultural, distinção fundamental, pois apontam para objetivos políticos e culturais distintos. Assim, as ações socioculturais dos mediadores propõem às pessoas uma “[...] reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade [...]” (COELHO NETTO, 2004, p. 34).

A mediação cultural, nesses termos, é a atividade que visa proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los.

Para Canclini (2009), cultura é parte das práticas sociais e pode ser entendida como processo de produção, circulação e consumo de significações na vida social. Esse autor propõe que nos detenhamos no estudo, não da “cultura”, mas do “cultural”, como o “conjunto de processos através dos quais dois ou mais grupos representam e intuem imaginariamente o social, concebem e geram as relações, ou seja, as diferenças”. (CANCLINI, 2009, p. 499).

Dessa forma, a apropriação cultural é o movimento de tornar próprios saberes e objetos construídos, transformados e significados pelos indivíduos

nas relações socioculturais. Sem esquecer que os indivíduos, grupos e coletividades estão submetidos às relações de poder que afetam e tencionam as interações.

E, se a apropriação cultural também é resultado de uma elaboração de sentido que, no entanto, é mediada por modelos transmitidos, conforme a perspectiva marxista, a questão está, portanto, situada na Educação. Contudo, compreendemos que uma educação para a apropriação cultural seja a que Russell (2002) defende como mecanismo de ampliação de interesses. Estes se tornariam cada vez menos pessoais e cada vez mais coletivos e públicos. Os interesses pessoais se aproximariam cada vez mais dos gerais. Trata-se de educação diferente daquela voltada ao consumo, à assimilação e à reprodução culturais.

Por isso, a apropriação cultural não estaria apenas ligada à criação ou a inovação produzida pelo indivíduo, tomado isoladamente, sem vínculos, mas, essencialmente, ao protagonismo cultural exercido como ato relacional, conectado à esfera pública. Apropriar-se de cultura significa, assim, não somente tomar posse de uma herança cultural ou identificar-se com os elementos culturais de uma sociedade e sim tornar próprios saberes e fazeres envolvendo objetos e fenômenos culturais, dando-lhes sentido, numa dinâmica de desconstrução, reconstrução e invenção desses próprios saberes, fazeres, objetos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008).

Tal dinâmica se dá em negociação entre os protagonistas da cultura (OLIVEIRA, 2014). Esses protagonistas não apenas reproduzem ou consomem, mas negociam a cultura e seus significados.

Mas o que é necessário para que indivíduos, grupos e coletividades sejam protagonistas da cultura e apropriem-se dela? Que contribuição é dada pela mediação e pelo mediador cultural para que o processo ocorra? O que é necessário ao mediador cultural para favorecer a apropriação cultural?

Tratando da apropriação da herança cultural, François de Singly (2009), desenvolve a noção de *mobilização* para defender que não basta ser herdeiro de um grupo familiar com determinada posição e origem social, para que o indivíduo se aproprie de sua herança cultural. A origem social para Singly não é suficiente para a apropriação da herança cultural, visto que as experiências e

trajetórias de cada um dos indivíduos são integrantes do processo de apropriação.

Desse modo, o esforço do grupo familiar, no sentido de garantir que o herdeiro de fato herde, está associado ao investimento pessoal do herdeiro, no processo que o autor chama de mobilização. Segundo Singly (2009, p.15), “Ele deve não somente aceitar fazer os esforços necessários para dar continuidade à linhagem familiar”, mas também trabalhar para isso de forma autônoma, pois “O indivíduo dilapidador sonha em ser ele próprio, sem dever nada a ninguém e, muito menos, à geração precedente”.

Na dinâmica da apropriação, o autor chama atenção para a dimensão relacional que é pedagógica e envolve, sobretudo, pais e professores – “Ele [o professor] dá vida ao aluno, dando a ele a impressão de ser único, de estar inserido em uma relação pessoal e não somente em uma distribuição anônima do saber.” (SINGLY, 2009, p. 16). E mais: “os indivíduos, jovens e adultos, apenas chegam a mobilizar seus recursos, mesmo herdados [...] se eles recebem suficientemente marcas de atenção pessoal”. (SINGLY, 2009, p. 17).

Por isso, consideramos que a dimensão pedagógica da mediação cultural caracteriza o mediador cultural também como um educador que atua desenvolvendo relações individuais e públicas e que trabalha com a intersubjetividade, a autonomia e a política.

Além disso, somos instigados a questionar, mediante as observações do autor, se a apropriação cultural é necessariamente resultante de uma herança, embora os herdeiros sejam beneficiados por condições privilegiadas de acesso aos circuitos e aos bens culturais. Singly (2009) nota que é preciso observar a dinâmica das dimensões sociais e privadas da vida do indivíduo e assim repensar o modelo de herança na contemporaneidade. Para ele, “os herdeiros de hoje decidem, por duas razões, ser herdeiros: trabalhando para acumular recursos que podem ser reconhecidos pela instituição escolar [...] e fazendo opção por esta ou aquela parte da herança, moral e cultural.” (SINGLY, 2009, p. 27).

Quanto aos não herdeiros, afirmamos que podem ser desenvolvidas as condições para a apropriação da cultura, sobretudo nos espaços pedagógicos e de relações que devem ser os das escolas e demais dispositivos culturais

como as bibliotecas e os museus. Para os dois casos – dos herdeiros e dos não herdeiros – as condições incluem liberdade de escolhas, negociação de sentidos e dos fins culturais.

Assim, também entendemos que a mediação cultural, em suas estratégias e práticas, evidencia e favorece as relações interpessoais, especialmente as que envolvem o mediador. Evidentemente, as capacidades para o desenvolvimento de relações interpessoais, assim como para a prática pedagógica, se fazem importantes na formação do mediador cultural.

E, se para favorecer a apropriação cultural é preciso desenvolver as competências pedagógicas e educacionais do mediador, da mesma forma é essencial ter clareza das concepções de educação, e de construção de conhecimentos, que serão adotadas, na perspectiva de uma dialética de filiação e emancipação, tanto de herdeiros como de não herdeiros, como observa Singly (2009).

Em decorrência, podemos afirmar que uma das chaves para viabilizar a apropriação cultural de indivíduos, grupos e coletividades é o entendimento da mediação cultural como recurso privilegiado para o desenvolvimento de relações e conhecimentos culturais a serem construídos em ambientes de formação – formais e não formais.

Ao mencionar aspectos das diversões das populações urbanas, Russell (2002, p. 42) defende que mesmo a promoção do “conhecimento inútil” poderia se dar por meio da educação: “Não resta dúvida que essas diversões são melhores que nenhuma diversão, mas nada que se compare com as de uma população que tivesse adquirido, através da educação, uma ampla gama de interesses inteligentes não relacionados ao trabalho.”.

Nesse caso, a mediação cultural desenvolvida pelo “educador” é aquela que visa à apropriação e o protagonismo de indivíduos, grupos e coletividades, pois não pretende controlar a oferta de bens pré-definidos, dados, estabelecidos, que precisam ser acessados por meio de sua intervenção. A intervenção na perspectiva de um mediador cultural “educador” que pretende viabilizar a apropriação e o protagonismo cultural é no sentido de uma dialética de emancipação e filiação, construção dinâmica de identidades individuais e coletivas.

As ações educativas desenvolvidas por mediadores culturais, que reconhecem o paradigma da apropriação e sua responsabilidade social em viabilizá-la, incluem a promoção do “conhecimento inútil”, que é substancial para a educação planetária sobre a qual discorre Morin (2005). Para desenvolvermos a educação planetária, Morin (2005) defende a incorporação da noção de *complexidade* no sistema educativo: “Vejam, a palavra *complexidade*. Ela vem do latim *complexus*, ‘aquilo que é tecido’. Vemos, então, que nosso sistema educacional nos torna incapazes de conceber a complexidade, isto é, as inumáveis ligações entre os diferentes aspectos do conhecimento.”.

Morin (2005) defende a necessidade de se desenvolver conexões e relações de conhecimentos para uma educação planetária. Mas não só isso. O autor afirma que se faz necessário conhecer o conhecimento:

[...] a questão do conhecimento, ou seja, de conhecer o conhecimento não pode ser algo reservado a uma elite de estudiosos da epistemologia, confinados num ensino restrito, filosófico. É algo que deve começar no ensino primário e prosseguir no ensino secundário, e continuar na universidade.

Na construção do “conhecimento cultural” - como parte do conjunto de conhecimentos inúteis de que trata Russel (2002) - está contida a marca cultural que, segundo Morin (2005), adquirimos desde criança por meio de fontes psicológicas e fontes culturais presentes em linguagem, ideias e crenças. E, portanto, a educação planetária de Morin (2005) parte do princípio de que o conhecimento individual está imbricado no conhecimento social (“útil” ou “inútil”) que é parte de um todo planetário: “Outrossim, cada um de nós é uma pequena parte da sociedade, mas a sociedade, como um todo, se encontra em cada indivíduo através da linguagem, da cultura, da família.”. Apropriar-se, nesses termos, é estabelecer nexos, relações de significação entre o particular e o geral, a parte e o todo, o individual e o social, o local e o “planetário”. É definir e definir-se, nomear e nomear-se!

4 CONSIDERAÇÕES

A mediação cultural, concordamos com Davallon (2007), compreende uma dimensão teórica que é a dos saberes que remetem à mediação da

informação, à Sociologia e à Semiótica da comunicação, como também da Política. Nesse sentido, caracteriza-se uma demanda por um arcabouço teórico da mediação cultural na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, com efeito na formação do mediador cultural que protagonize, junto a um público, ações que modifiquem e ressignifiquem a cultura e a si próprio, por meio da negociação de sentidos.

Somos desafiados a pensar a formação do mediador cultural bibliotecário com atenção às concepções de *cultura*, às políticas culturais, às regulações da cultura e às hegemonias, nos termos colocados por Dufrêne e Gellereau (2004b). Ou seja, uma formação que inclua a pesquisa e as práticas das dimensões sociopolítica, pedagógica, comunicativa e emancipatória da mediação cultural.

A formação do mediador cultural bibliotecário como profissional que domina as lógicas culturais, comunicativas, e dos dispositivos culturais ofertados à sociedade, além de mediar os processos de aprendizagem informacional de que tratam Perrotti e Pieruccini (2008), aponta para a demanda da apropriação cultural.

A apropriação cultural de indivíduos, grupos e coletividades - como o movimento que torna próprios saberes e objetos construídos, transformados e significados nas interações sociais, em que são elaborados e negociados sentidos – entendemos como a finalidade, e responsabilidade, social do mediador cultural bibliotecário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>> Acesso em: 09 jan. 2014.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de políticas culturais**. Cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004.

COSTA, L. F. **Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais.** 2011. 239f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma – Revista de Ciência da Informação e da Comunicação**, n. 4, p. 03-36, jun. 2007. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/A_mediação_a_comunicação_em_processo.pdf>. Acesso em 06 ago. 2010.

DUFRENE, B., GELLEREAU, M. **A mediação cultural: objetivos profissionais e políticos.** *Hermès*, n.38, p.199-206, 2004a. Tradução livre de Juliana Maria de Siqueira. Texto não publicado. Texto não paginado.

DUFRENE, B., GELLEREAU, M. **La médiation culturelle: enjeux professionnels et politiques.** *Hermès*, n.38, p.199-206, 2004b.

MODESTO, J. F. **Não bata cabeça, use-a com criatividade na biblioteca.** 2007. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=156>. Acesso em: 18 jan. 2014.

MORIN, E. **Educação planetária: conferência na Universidade São Marcos, São Paulo, Brasil, 2005.** Disponível em: <http://edgarmorin.org.br/textos.php?tx=30>. Acesso em: 05 ago. 2012.

OLIVEIRA, A. L. **A negociação cultural: novas referências para a mediação e a apropriação da cultura escrita.** 2014. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas.** Recife: Néctar, 2008.p. 46-97. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso: 05 jul. 2012.

PERROTTI, E; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, mai./ago.2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/informacao/article/view/19992>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

RUSSELL, B. O conhecimento inútil. In: _____. **O elogio ao ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p.36-46.

SERFATY-GARZON, P. Apropriação. In: **Dictionnaire critique de l’habitation et du logement.** Paris: Armand Colin, 2003. p. 27-30.

SINGLY, F. A apropriação da herança cultural. **Educação e Realidade**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 9-32, jan./abr. 2009.

Title

Librarian: a cultural mediator for cultural appropriation

Abstract

Introduction: The present report refers to the doctoral thesis defended with the PPGCI -ECA, USP.

Objective: The text discusses notions of mediation and cultural mediator, as well as cultural appropriation, in order to initiate a dialogue on the challenge of training Librarians as cultural mediators competent to negotiate with the protagonists of culture - which not only reproduce or Consume, but create and recreate culture and its meanings.

Methodology: The study starts from a bibliographical research that interrogated the formation of the librarian as cultural mediator, in the country.

Results: It considers the formation of cultural librarian mediator as professional that dominates cultural, communicative, and cultural devices.

Conclusions: It points to the demand of cultural appropriation.

Keywords: Cultural mediation. Cultural mediator. Cultural appropriation. Formation of the Librarian.

Titulo

Bibliotecario: un mediador cultural para la apropiación cultural

Resumen

Introducción: El presente informe se refiere a la tesis doctoral, defendida en la PPGCI -ECA, USP.

Objetivo: En este trabajo se analiza la mediación y mediador cultural nociones y la apropiación cultural, para iniciar un diálogo sobre el reto de la formación de bibliotecarios mediadores culturales como competentes para las negociaciones con la cultura de los protagonistas - que no sólo se reproducen o consumir, pero crear y recrear la cultura y sus significados.

Metodología: El estudio de la literatura que puso en duda la formación del bibliotecario como mediador cultural en el país. Resultados: considera que la formación de bibliotecario cultural como un mediador profesional que domina la lógica cultural, la comunicación, y las características culturales.

Conclusiones: Se señala a la demanda de apropiación cultural.

Palabras clave: La mediación cultural. Mediador cultural. Apropiación cultural. Bibliotecario de entrenamiento.

Recebido em: 25.08.2016

Aceito em: 30.11.2016